

A interdisciplinaridade nos cursos de Administração

Pública na América Latina: uma análise comparada entre Chile e Peru

Interdisciplinarity in Public Administration graduation courses in Latin America: a comparative analysis between Chile and Peru

Vitória Araujo Kusiak , Celmar Côrrea de Oliveira, Carlos H. Schuch dos Santos*

Resumo

O artigo analisa a presença da interdisciplinaridade na formação formal dos gestores públicos dos cursos de Administração Pública na América Latina. O objetivo do estudo foi analisar a inserção da interdisciplinaridade nos componentes curriculares dos cursos de graduação de Administração Pública (AP) da América Latina (AL), especificamente os cursos superiores de Chile e Peru. A questão de pesquisa que sustenta o estudo foi: a Interdisciplinaridade está presente e de forma suficiente nos programas universitários latinos americanos que formam os gestores públicos? A metodologia utilizada foi qualitativa e apoiada em pesquisa documental bibliográfica. Os resultados do estudo indicaram que, devido as especificidades dos países Chile e Peru, a interdisciplinaridade se mostrou mais presente no universo chileno, contudo, ainda assim foi perceptível verificar resultados consideráveis no universo peruano.

Palavras-chave: Administração Pública. Interdisciplinaridade. Formação do Gestor.

Abstract

The article analyzes the presence of the interdisciplinarity of public managers' formal training in Public Administration courses in Latin America. The study's goal was to analyze the insertion of interdisciplinarity in the curricular components of graduation courses in Public Administration (AP) in Latin America (LA), specifically the courses in Chile and Peru. The research question that supports the study was: Is Interdisciplinarity present and sufficiently present in Latin American university programs that graduate public managers? The methodology used was qualitative and supported by bibliographic documentary research. The results of the study indicated that, due to the specificities of the countries Chile and Peru, interdisciplinarity was more present in the Chilean universe, however, it was still noticeable to see considerable results in the Peruvian universe.

Keywords: Public administration. Interdisciplinarity. Manager Training.

*1Graduanda em Administração Pública Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) Pesquisadora (PGPD) e Bolsista do CNPq; E-mail: vitoria-kusiak@uergs.com.br

*2Professor na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS); Líder do Grupo de Pesquisa (PGPD/CNPq); E-mail: celmar-oliveira@uergs.edu.br

*3Professor na Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Pesquisador do Grupo de Pesquisa (PGPD/CNPq); E-mail: honoratochs@gmail.com

1 Introdução

As arquiteturas de Estado presentes na AL encontram, ainda hoje, dificuldades de se reorganizar de maneira eficiente, o que implica direta ou indiretamente na estrutura do setor público e influi no desempenho da Administração Pública (AP). A fase patrimonialista ainda se manifesta como um paradigma a ser rompido na AP, e isso influencia de maneira significativa o setor público, que ainda precisa lidar com os estigmas desta estrutura. O cenário atual, marcado por mudanças e rupturas na forma como sistema capitalista está organizado, exige uma atuação cada vez mais efetiva por parte do Estado. A globalização, e as inovações tecnológicas tornaram, teoricamente, o acesso à informação mais acessível à população, o que influi e impacta no modo como a sociedade vê e enxerga a atuação do Estado e das Instituições Públicas. A sociedade, hoje, está cada vez mais crítica e consciente de seus direitos, e por isso, questiona a eficiência do serviço público e a qualidade de sua prestação. O crescente endividamento dos Estados, a crise econômica que abala o cenário mundial desde 2008, e os problemas sociais de ordem complexa são fatores que legitimam as críticas por parte da sociedade. O setor público enfrenta problemas que derivam de diversas áreas. Neste sentido, a abordagem interdisciplinar pode, em tese, auxiliar a traçar estratégias para solucionar tais barreiras. A Administração Pública (AP) desempenha um papel fundamental no Estado Democrático de Direito (EDD). Ela é um meio utilizado para a efetivação das Políticas Públicas (PP) que por sua vez tem como objetivo atender as demandas reais e potenciais da sociedade. Desta forma, pode-se estabelecer uma relação entre: Administração Pública (AP); Estado (E); Políticas Públicas (PP); e Sociedade (S). Diversas podem ser as relações entre estes entes e organizações. As arquiteturas dos Estados e as características culturais da Sociedade seguramente são elementos importantes não só na formação da Administração Pública e das Políticas Públicas como também são importantes no estabelecimento das relações entre os quatro elementos (E, S, AP e PP).

Para que se consiga superar os diferentes entraves que, de alguma forma, dificultou o crescimento e o desenvolvimento (econômico, social, político, ambiental, ...) da região é fundamental que a educação, de uma forma geral, e a formação dos gestores públicos, em particular, seja baseada na interdisciplinaridade, dado a

complexidade dos problemas da área. Neste sentido, esta pesquisa irá refletir sobre a formação do gestor público no contexto da América Latina.

Para tanto, o problema de pesquisa que sustenta o presente trabalho é: a Interdisciplinaridade está presente e de forma suficiente nos programas universitários latinos americanos que formam os gestores públicos? Para responder parcial e provisoriamente esta questão, o objetivo do trabalho é: analisar a inserção da interdisciplinaridade nos cursos de graduação de Administração Pública (AP) em ensino superior da América Latina (AL). Os países que foram escolhidos como objeto do experimento foram: Chile e Peru. Os referidos países foram escolhidos por conveniência e o que, de alguma forma, pesou nesta escolha foi a diferença entre eles quanto aos estágios de desenvolvimento atuais. O método utilizado para a sustentação desta proposta foi revisão bibliográfica e documental. Foram trabalhados e analisados os conceitos que fornecem fundamentação teórica e contribuem para a sustentação da pesquisa.

2 Desenvolvimento

INTERDISCIPLINARIDADE

A educação é a área responsável por propagar e disseminar o senso crítico, por isso, ela deve trabalhar, em tese, com um alimento interdisciplinar. A interdisciplinaridade pode ser considerada a união de diferentes áreas de saberes e ciências que atuam em conjunto para um fim específico. O objetivo é que, a partir da união destes diferentes saberes se consiga solucionar problemas de natureza complexa. Sendo assim, a interdisciplinaridade pode-se constituir em uma importante ferramenta a ser utilizada pela Administração Pública (AP). Ela proporciona aos estudantes uma reflexão mais completa acerca dos diferentes problemas existentes no setor público que são oriundos de diferentes campos.

A interdisciplinaridade está presente na Administração Pública visto que ela trabalha com conceitos específicos das áreas de ciências humanas, ciências exatas e ciências sociais aplicadas. A AP apresenta uma gama de disciplinas que compõem objetos de estudos diferenciados, mas que acabam se interligando e podem ser utilizados para se pensar em ações estratégicas, bem como, propor novos métodos e

funções para aplicar no setor público. Japiassu (2006), afirma inclusive que as disciplinas precisam ser interligadas para se construir a interdisciplinaridade. Como observou Oliveira et al. (2018, p.6), em estudo recente, a AP não pode ser delimitada com um campo único de saber, isto porque, segundo o autor, a “sua natureza interdisciplinar e a natureza de contínua mudanças dos governos e das relações do estado com a sociedade”.

As especializações disciplinares que aconteceram no século XX foram importantes para algumas áreas. No entanto, com a mudança do final do século XX para o início do século XXI muitas transformações ocorreram, e por isso, se mostrou necessário uma mudança de paradigma na educação e a forma como eram organizadas as disciplinas. Não se pode mais pensar em disciplinas especialistas e fechadas em suas áreas, numa visão cartesiana, pois esse processo limita e fragmenta a aprendizagem em eixos específicos. A educação é a área responsável por fomentar esse processo inovador de aprendizagem propondo novas soluções e disseminando novos conceitos que auxiliam na formação de um pensamento mais amplo. Nesse sentido, trabalhar com interdisciplinaridade mostra-se um importante avanço para as diversas áreas educacionais.

Para Morin (2000, p.38), a supervalorização “à especialização” não leva em consideração “os contextos, as globalidades e as complexidades” e isso se torna um entrave para os “sistemas de ensino” que podem tender a trabalhar de maneira cada vez mais isolada. Outro fator que o autor aponta é a tendência que ocorra a “separação das ciências em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas” o que pode, teoricamente, limitar o conhecimento para que seja explicado apenas de uma maneira linear.

O fenômeno interdisciplinar é descrito por Japiassu (1976), sendo composto por algumas modalidades de interdisciplinaridade que podem ser aplicadas a contextos diferenciados. Para ele, estas modalidades podem ser classificadas em: a) interdisciplinaridade heterogênea, b) pseudo interdisciplinaridade, c) interdisciplinaridade auxiliar, d) interdisciplinaridade compósitoria, e e) interdisciplinaridade unificadora.

Quando se analisa a área da Administração Pública (AP), pode-se perceber que a mesma se utiliza de uma visão interdisciplinar unificada. Ela inclina-se para uma

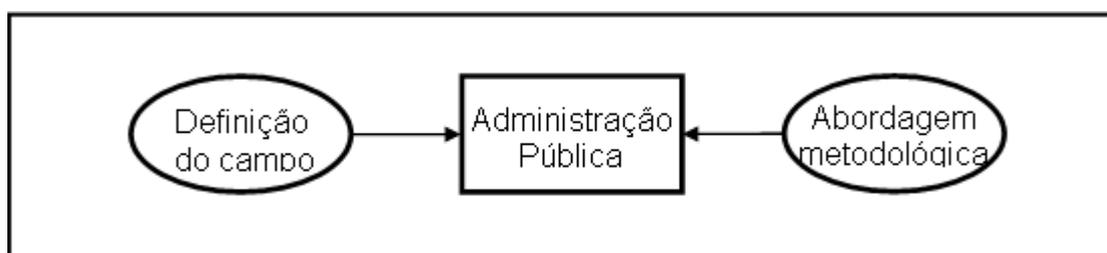
interdisciplinaridade auxiliar, compositória e unificadora. A AP trabalha com a lógica “teoria e prática” e com a integração de diferentes saberes que podem ser classificados como interdisciplinaridade auxiliar. Ela também conta com o auxílio da interdisciplinaridade compositória ao propor soluções para os conflitos. Isso acontece por meio da atuação de políticas públicas que tem o intuito de minimizar os problemas que surgem na sociedade. Existe também a presença da interdisciplinaridade unificadora porque se percebe uma integração teórica e métodos correspondentes. (JAPIASSU, 2006)

Para uma compressão mais efetiva sobre o fenômeno interdisciplinar pode se utilizar o conceito de Redução Sociológica (RS) de Guerreiro Ramos (1996). A RS é uma proposta de hipercorreção em que os atores sociais atribuem uma eficiência direta as ideias e teorias importadas e desta forma negligenciam os contextos nos quais estão inseridos e sendo aplicados. Esse fenômeno pode inclinar-se a ser aplicado nas disciplinas, grades curriculares e planos pedagógicos dos cursos de Administração Pública. A RS não busca uma exclusão totalitária dos conceitos e teorias estrangeiras, no entanto, ela se constitui como uma crítica a forma como se está estruturando a forma de pensar e aplicar as teorias. A ideia da RS leva em consideração a evolução histórica e social, ela procura evidenciar de maneira conjunta e interdisciplinar.

O fenômeno interdisciplinar valoriza as especificidades das diferentes áreas e ainda contribui para a integração das mesmas. A atuação profissional do gestor público requer um conhecimento de habilidades técnicas, contudo é importante que o mesmo desenvolva outras competências necessárias, que muitas vezes estão relacionadas com a prática cotidiana das organizações. O ambiente institucional das organizações compõe um microsistema que se interliga com o macro sistema externo. Por isso, a RS é uma importante contribuição na compreensão desse fenômeno, porque ela valoriza as singularidades e a conjuntura presente no espaço de atuação do gestor público. Ela considera que cada instituição e espaço de atuação possuem características e valores próprios que devem ser analisados antes de se adotar um modelo teórico, para que o mesmo possa ser adequado com a realidade da região.

Com isso, não se pode delimitar a Administração Pública como um simples campo de ferramentas e aplicações de modelos teóricos administrativos. Esse campo é constituído por diversos fatores que envolvem as ações de Estado e Governo. No contexto brasileiro o campo de AP, atualmente, é definido como Campo de Públicas, que congrega as áreas multidisciplinares de investigação dos cursos profissionais são eles: Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública e Gestão Social. A abordagem interdisciplinar foi instrumentalizada de maneira metodológica, por meio da Resolução Brasileira do Conselho Nacional de Educação CNE/CES no 01. Esta abordagem pode ser construída com base na RS e operacionalizando a interdisciplinaridade. Desta forma, a AP pode ser entendida como resultado da definição do Campo de Públicas, bem como a abordagem metodológica interdisciplinar. (Figura 1).

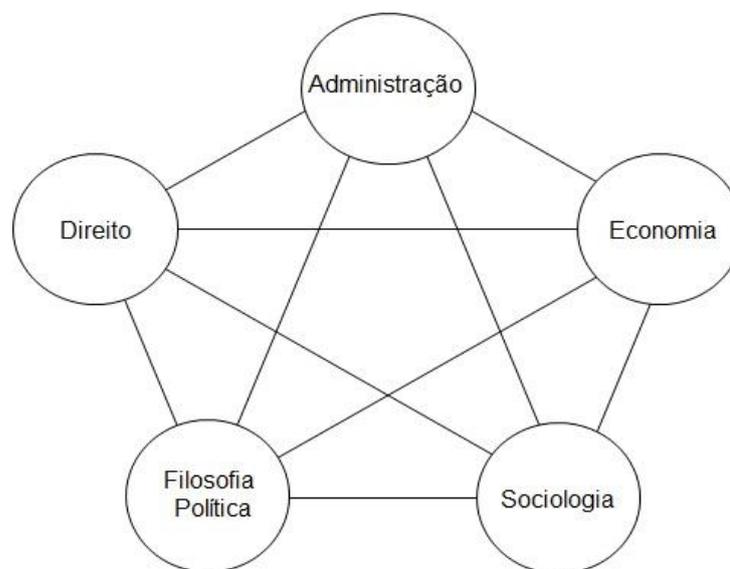
Figura 1. Definição do Campo de Abordagem Metodológica



Elaborado por autores. (2019).

A resolução brasileira nº 01 de 2014 foi um importante elemento interdisciplinar no contexto da América Latina (AL). Esse marco inicial teve como objetivo caracterizar algumas das diferentes áreas que compõem o escopo, bem como identificar os elos potenciais que ser utilizados para relacionar estas áreas do saber, criando uma interdisciplinaridade entre elas. As áreas são: a) Administração, b) Economia c) Filosofia Política, d) Direito e e) Sociologia. (Figura 2)

Figura 2. Áreas intervenientes básicas.



Elaborado por autores. (2019).

Neste sentido, conforme delimitado pela resolução nº 01 de 2014 a interligação entre tais disciplinas, pode, em tese, criar um eixo interdisciplinar que se retroalimenta. Com isso, a análise interdisciplinar se retroalimentará com os dados e elementos teóricos conceituais e também com a tensão entre as várias perspectivas disciplinares e suas contribuições. Desta forma, busca-se eliminar as lacunas remanescentes e produzir um conhecimento integrador que considere a autonomia da AP. Dentro desta mesma linha, Japiassu (2006) é claro em mostrar que “ao destruir a cegueira do especialista” (p.30) a interdisciplinaridade rompe a territorialidade do saber e seu respectivo poder. Ao fazer isto, o objeto passa a ser visto de diferentes perspectivas.

A educação é um instrumento fundamental, pois ela promove o desenvolvimento do senso crítico, que auxilia na resolução de diferentes problemas existentes na esfera pública, principalmente no contexto da América Latina e no Brasil. A interdisciplinaridade se aplicada de maneira efetiva nos cursos de Administração Pública, pode, ser um instrumento que auxilia na formação dos gestores. O gestor público é um dos responsáveis por auxiliar no desenho de Políticas Públicas e

execução das mesmas, para que isso ocorra de maneira efetiva é preciso que durante a prestação dos serviços públicos exista um alinhamento estratégico entre: Estado, Políticas Públicas, Administração Pública (AP) e a Sociedade. A educação formal do gestor é um importante elemento nesse processo, a oferta de cursos de formação de AP que trabalham com a questão interdisciplinar, reconheça e reproduza as especificidades do setor público, suas complexidades e dinâmicas, pode minimizar, em tese, uma lacuna existente na capacitação dos gestores públicos.

MATERIAL E MÉTODOS

A hipótese inicial que sustentou a pesquisa foi que os cursos de Administração Pública da amostra escolhida apresentam em seu Plano Pedagógico Curricular (PPC) uma melhor inter-relação entre as áreas de conhecimento, configurando assim uma abordagem interdisciplinar. O método de abordagem foi hipotético dedutivo e se utilizou a forma qualitativa. Pode-se considerar, também, que o trabalho possui uma abordagem bibliográfica. Foram realizados exames de documentos, dados e informações retiradas dos projetos pedagógicos dos cursos e, mais especificamente, dos projetos pedagógicos dos cursos. A abordagem utilizada foi qualitativa, e utilizou pesquisa documental- bibliográfica. A escolha por essa abordagem justifica-se porque foi realizado exame de documentos, dados e informações, que foram analisados e retirados dos projetos pedagógicos dos cursos. A abordagem qualitativa, além de permitir a imersão no objeto, estabelece mecanismos específicos para a discussão e análise dos dados. A pesquisa qualitativa tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, pois não supervaloriza o quantitativo em detrimento ao qualitativo gerando as especificidades necessárias para qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, garantindo assim as suas singularidades, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A pesquisa bibliográfica utilizou portais eletrônicos como; CAPES ENAPE, EBAPE, LUME, RAP, RAE e SCIELO. Quando foi possível, as obras foram consultadas em formato físico e manual. A busca das bibliografias e as palavras-chave utilizadas foram: “administração pública”, “interdisciplinaridade”, “ensino de administração pública”, “formação do gestor público”, “políticas públicas” e “modelos de Estado”.

IX Seminário de Pesquisas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 12: Atualizações metodológicas em Ciências Sociais Aplicadas.

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo chileno foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion do Chile, no cadastro Instituciones de Educación Superior en Chile (<https://www.mifuturo.cl/institucionesde-educacion-superior-en-chile/>) no qual, é possível acessar uma base de dados que contém a lista das Instituições de Nível Superior que ofertam o curso de Administração Pública. O critério de análise utilizado foi: a) cursos de nível superior em Administração Pública; b) o grau dos cursos deve ser bacharelado; c) a modalidade presencial; d) o curso deve ter registro ou licença conforme órgão regulador (Ministério da Educação ou Secretaria da Educação, ou instituição similar) e) o curso deve apresentar plano pedagógico e curricular em seu site.

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo peruano foi realizado mediante uma busca no site Ministerio da Educacion do Peru, no cadastro Instituciones de Educación Superior en Peru. Os critérios utilizados para identificar as instituições de ensino superior no Peru foram os mesmos aplicados ao caso Chileno.

Na busca foram encontrados 19 cursos superiores de Administração Pública no Chile que são descritos com as seguintes denominações: a) Administracion Pública, b) Gobierno y Assuntos Públicos, c) Administracion Pública y Ciencia Política, d) Ciencia Política y Políticas Públicas. Todos os cursos possuem como objetivo formar profissionais para atuar no campo no campo da Administração Pública do País. A amostra, no caso chileno, foi composta de 10 cursos que atendem os critérios de análise já estabelecidos. No Peru foram encontrados 10 cursos superiores de Administração Pública que são assim descritos: a) Ciencia Politica y Gobernab, b) Gestão Pública, Escuela de Administracion Pública y Geston Social e d) Gestao Pública y Desarrollo Social. A titulação que se obtém ao final do curso é a de Administrador Pública.

Os planos pedagógicos foram as fontes básicas utilizadas, de forma semelhante como foi realizado por Oliveira et al (2020 b). Para efetuar a análise comparada e teórica no universo chileno e peruano no que tange a interdisciplinaridade foi utilizado o modelo teórico de análise baseado em três pontos. Os autores relacionam as áreas de conhecimento, em que alguns cursos atendem ou não, de maneira mais efetiva que os outros. Com isso, partindo da perspectiva de análise comparada e utilizando-se dos conceitos de Interdisciplinaridade, tem-se que

o estudo pode sinalizar o grau de interdisciplinaridade dos cursos de Administração Pública do Chile e Peru, além de descrever os elementos e critérios que compõem a interdisciplinaridade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados parciais encontrados na análise dos planos pedagógicos (PPC's) do Chile e Peru utilizaram o método de análise do conteúdo, presente nas propostas dos PPC 's. Durante a pesquisa foram encontrados, inicialmente, 19 cursos de Administração Pública no universo Chileno. Após a consulta em órgãos reguladores como Ministério da Educação e Conselho de Educação Superior do Chile, verificou-se que apenas 6 cursos atendiam aos filtros do modelo. No universo peruano foram analisados 2 cursos, pois foram os únicos que disponibilizaram as informações acessórias para a Matriz de Análise.

Os planos pedagógicos foram as fontes básicas utilizadas de forma semelhante como foi realizado por Oliveira et al (2020 b). Os autores relacionam as áreas de conhecimento, em que alguns cursos atendem ou não, de maneira mais efetiva que os outros. Com isso, partindo da perspectiva de análise comparada e utilizando-se dos conceitos de Interdisciplinaridade, tem-se que o estudo pode sinalizar o grau de interdisciplinaridade dos cursos de Administração Pública do Chile e Peru, além de descrever os elementos e critérios que compõem a interdisciplinaridade.

Para se realizar a análise comparada foi utilizado o modelo teórico de análise de Oliveira et al (2020 a). Este modelo busca verificar as especificidades delimitadas na área da Administração Pública, e as áreas a ela relacionadas, que são: a) Administração, b) Economia, c) Direito, d) Filosofia Política, e) Sociologia, e f) Ciência Política. Foram estabelecidos os seguintes critérios de análise (modelo de 5 pontos): a) existência de disciplina integradora e mediadora, b) existência de elos (ligações entre as áreas), c) existência de relação da teoria com a prática (práxis); d) existência de contextualização e evolução histórica; e e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo. A pontuação de todos os

critérios foi de 0 a 3. Foi considerado o mesmo peso para os cinco critérios analisados. (Figura 3).

Figura 3. - Matriz de Análise

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Quadro Geral					Pontuação total de cada curso
	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
CURSO 1	-	-	-	-	-	-
CURSO 2	-	-	-	-	-	-
CURSO 3	-	-	-	-	-	-
....

Elaborado pelos autores (2019).

Os critérios de análise são os seguintes:

a) existência de disciplina integradora e mediadora: entende-se por disciplina integradora um conjunto de saberes de diferentes áreas. Este critério, busca explicar como algumas disciplinas, que podem atuar de maneira articulada, integrada e mediadora;

b) existência de elos (ligações entre as áreas): este critério considera que para uma visão interdisciplinar, é necessário, em tese, estabelecer elos e relações entre as disciplinas e áreas. Identifica e analisa como estão ordenadas as disciplinas no currículo;

c) existência da relação da teoria com a prática (práxis): o campo teórico deve, em tese, buscar soluções para os problemas e conflitos existentes na sociedade. O conteúdo presente nos currículos de formação dos gestores públicos deve propiciar a eles o desenvolvimento de competências, conceitos e teorias. A práxis permite a experimentação e quando realizada de forma contínua, possibilita aperfeiçoar a teoria que vai nortear a prática na sequência. Este critério verifica como os projetos pedagógicos e disciplinas curriculares ofertam disciplinas que promovem o debate reflexivo e auxiliam o gestor público na relação teórico-prática;

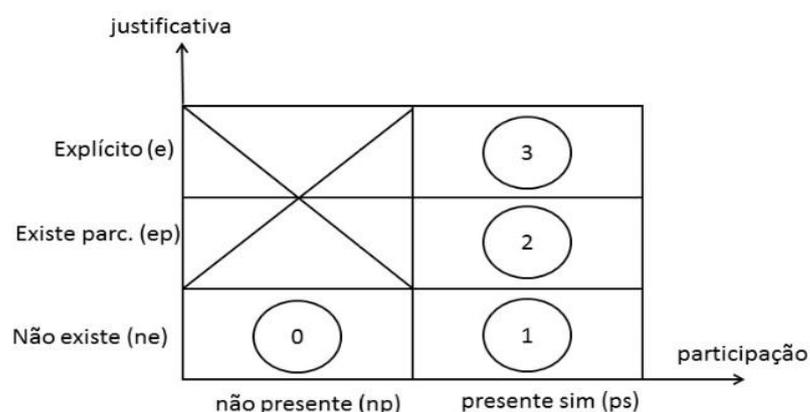
d) existência de contextualização e evolução histórica: a contextualização histórica é um critério que permite compreender os problemas existentes e verificar como algumas variáveis podem afetar a construção de políticas públicas.

Paralelamente, é importante que existam disciplinas que trabalhem as especificidades do ambiente local e regional em que atua; e

e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo: este critério analisa a existência de disciplinas afins que podem ser denominadas como inovadoras, e auxiliar a administração pública na criação de um novo conhecimento. Tais disciplinas teriam um caráter interdisciplinar, apoiando-se em diferentes áreas de conhecimento, e criando um conhecimento novo. Elas consideram os fatores interdisciplinares, a realidade local, a contextualização histórica e as especificidades presentes no setor público.

A pontuação de todos os critérios de análise, foi de 0 a 3 e estes foram baseados em duas variáveis (participação e justificativa). A primeira variável é considerada a partir de duas situações, que são “não presente” (np) e “presente sim” (ps). A segunda variável (justificativa) são consideradas três situações, que são “não existe” (ne), “existe parcialmente” (ep) e “explícita” (e). Considerando que estas variáveis podem ser tomadas como ortogonais, pode-se chegar a uma matriz de 6 elementos. Considerando que as situações “não presente – existe parcialmente” e “não presente – explícito” podem ser descartadas, pois são logicamente sem sentido, a matriz final possui 4 elementos básicos. São eles: a) “não presente-não existe” (np – ne) com pontuação 0; b) “presente sim – não existe” (ps – ne) com pontuação 1; c) “presente sim – existe parcialmente” (ps – ep) com pontuação 2; e d) “presente sim – explícita” (ps – e) com pontuação 3.

Figura 4. Matriz de Construção dos Escores.



Elaborado pelos autores. (2019)

Os resultados parciais encontrados na análise dos planos pedagógicos (PPC's) do Chile e Peru utilizaram o método de análise do conteúdo, presente nas propostas dos PPC 's. Durante a pesquisa foram encontrados, inicialmente, 19 cursos de Administração Pública no universo Chileno. Após a consulta em órgãos reguladores como Ministério da Educação e Conselho de Educação Superior do Chile, verificou-se que apenas 6 cursos atendiam aos filtros do modelo. No universo peruano foram analisados 2 cursos, pois foram os únicos que disponibilizaram as informações acessórias para a Matriz de Análise.

O universo de análise, no caso do Chile, foi de 6 cursos. As informações utilizadas como base da análise e valoração dos critérios foram fornecidas pelo Ministério da Educación do Chile e se considerou também o ranquiamento dos cursos de Administração Pública quanto a empregabilidade.

Tabela 1 - Pontuação geral dos cursos de Administração Pública Chile

Quadro Geral						Pontuação total de cada curso
CURSOS	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
1	0	1	3	2	0	1,2
2	0	1	2	0	3	1,2
3	0	0	2	2	3	1,4
4	1	1	2	3	2	1,8
5	2	2	3	0	0	1,4
6	2	1	3	0	2	1,6

Fonte: Autores (2020).

A análise ponderada (tabela 1) se vale, também, das informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação Chileno (MEC) (tabela 2). O objetivo da referida tabela é a “empregabilidade”. O curso 2, no entanto, não aparece ao documento do MEC, logo não pode ser utilizado para avaliar os cinco critérios.

Tabela 2. Porcentagem de Empregabilidade dos cursos de Administração Pública no Chile

CURSOS	Duração do	Carrera	Empregabilidade no Primeiro ano
CURSO 1	4 años	Administración Pública	80,4%
CURSO 3	4 años	Administración Pública	82,4%
CURSO 4	5 años	Administración Pública	87,0%
CURSO 5	7 años	Administración Pública	86,8%
CURSO 6	6 años	Administración Pública	85,2%

Fonte: Ministério da Educação Chile 2020.

Os elementos utilizados para a pontuação são as características individuais dos diferentes cursos, nominados de 1 até 6. Quanto ao **CURSO 1** tem-se que não é atendido de forma minimamente suficiente, pois não existe nenhuma disciplina que se considera integradora. Quanto ao segundo, critério elos entre as áreas, ele existe e se encontra presente de forma frágil e subjetiva em disciplinas. O terceiro critério está presente e existe de maneira suficiente na relação teoria e prática. Pode-se perceber que o curso apresenta certa flexibilidade, pois um dos requisitos do mesmo é o

treinamento e modificação contínua para que a estrutura curricular seja adequada com a realidade teórico-prática. O quarto critério está presente e atende parcialmente o item contextualização e evolução histórica, pois a grade curricular do curso apresenta as disciplinas: Historias de las instituciones políticas y Administrativas de Chile e Evolución y Complejidad de la Administración Pública. Quanto ao critério existência de uma disciplina transdisciplinar e criadora de conhecimento ele não existe e não esta presente.

Quanto ao **CURSO 2** tem-se que não está presente o primeiro critério de análise. Quanto ao segundo critério, ele existe, embora de forma não justificada. Quanto ao terceiro critério ele está presente, mas de forma insuficiente na sua justificativa. Quanto ao quarto critério, tem-se que ele não está presente na grade curricular. No que se refere ao quinto critério, tem-se que ele está presente na grade curricular e justificado parcialmente nas disciplinas integradoras e geradoras de um novo campo de conhecimento, sendo elas: Software de aplicación para la gestión pública; Tecnologías de la información y comunicación para la gestión pública; Innovación y nuevas tecnologías para la gestión pública e Diseño y mejoramiento de procesos y gestión de calidad.

Quanto ao **CURSO 3** tem-se no primeiro critério o curso não atende e não está presente. No segundo critério, tem-se que as disciplinas apresentadas na grade curricular não mostram, de forma direta ou indireta, os elos de ligação entre as áreas. A relação teoria-prática, terceiro critério, é atendida de maneira pouco satisfatória, pois o curso apresenta flexibilidade e especificidades quanto a teoria estar ligada com a prática. Isto é mostrado nas grades curriculares das disciplinas e nos convênios estabelecidos com órgãos públicos que auxiliam no desenvolvimento prático do campo teórico. Paralelamente, apresenta indicadores satisfatórios em termos de empregabilidade. Quanto ao quarto critério, ele está presente, e é apresentado de maneira superficial. O curso apresenta uma disciplina que atende ao critério contextualização e evolução histórica, logo pode ser considerado suficiente. O quinto critério está presente e é atendido de maneira satisfatória com as disciplinas Nuevos Enfoques de la Gestión Pública e Modelos e Instrumentos de Gestión Pública.

Quanto ao **CURSO 4**, pode-se considerar que o primeiro critério está presente e é atendido de maneira insatisfatória, pois apresenta poucas relações com as demais áreas de conhecimento, e possui apenas disciplinas muito específicas. Quanto ao segundo critério, tem-se que ele está presente e é atendido de maneira insatisfatória, pois os elos não são justificados de forma direta ou indireta. O terceiro critério está presente, e é atendido de maneira parcial, uma vez que apresenta disciplinas específicas para atuação no setor público do Chile, como é o caso das disciplinas Administração Pública Chilena e Governo e Integração Regional. O quarto critério está presente, e é atendido de maneira satisfatória na grade curricular do curso. O último critério está presente, e é atendido de maneira parcial, uma vez que não fica claro se seus conhecimentos podem ser gerados.

Quanto ao **CURSO 5**, o primeiro critério está presente, e é atendido de forma parcial. O segundo critério está presente, e é apresentado de maneira satisfatória na grade curricular do curso. O terceiro critério é atendido de maneira adequada, visto que a grade curricular do curso apresenta disciplinas que fazem uma ligação com as áreas práticas do setor público. O quarto critério não está presente e não é atendido, visto que não é possível perceber a existência de disciplinas que atendam ao eixo: existência de contextualização e evolução histórica. O último critério também não está presente, logo não é atendido uma vez que não foi possível verificar, na análise curricular, a existência de disciplinas transdisciplinares e criadoras de um novo conhecimento.

Quanto ao **CURSO 6** tem-se o primeiro critério está presente, mas com justificativa insuficiente. O segundo critério está presente, e pode-se considerar que a justificativa está apresentada de forma subjetiva. O terceiro critério está presente e é atendido de maneira satisfatória em relação a questão elos teoria e prática. O quarto critério não atende, pois não é mostrado e selecionado a contextualização e evolução histórica. O quinto critério é atendido de maneira não aparente, pois apresenta disciplinas que podem ser consideradas inovadoras e interdisciplinares. São elas: taller de integración sello uvi; práctica profesional I e taller de integración ciclo profesional.

Quanto às análises dos cursos de administração pública Peru, tem-se que a amostra utilizada foi de apenas 2 cursos. Não foram encontrados dados nos sites oficiais de regulamentação do ensino superior peruano. Isto, de certa forma, reduziu a robustez dos resultados encontrados, pois não foi possível confrontar os resultados gerados na análise dos critérios com algumas informações locais, como foi a “empregabilidade” no caso chileno.

Tabela 3. Pontuação geral dos cursos de Administração Pública Peru

Cursos	Quadro Geral					Pontuação total de cada curso
	Critério a	Critério b	Critério c	Critério d	Critério e	
1	0	1	2	1	1	1,0
2	2	1	2	3	0	1,6

Quanto ao **CURSO 1**, o primeiro critério não está presente, logo não é atendido, pois o currículo não apresenta disciplinas integradoras. Quanto ao segundo critério, tem-se que o curso possui uma grade curricular linear com poucas ligações entre as diferentes áreas de conhecimento. O terceiro critério é atendido de maneira parcial, pois durante o curso existem oficinas e outras oportunidades de aplicação teoria e prática profissional. O quarto critério está presente por meio da contextualização e evolução histórica, em algumas disciplinas. O quinto critério é está presente, pois não apresenta justificativa no corpo do curso.

Quanto ao **CURSO 2**, tem-se que o primeiro critério é atendido de maneira parcial, pois existem disciplinas com a possibilidade de conhecimento integrador, porém ainda de forma insuficiente. O segundo critério é atendido de maneira superficial, pois as diferentes áreas do conhecimento têm elos de ligação, apesar de não insuficientemente mostradas e justificadas. O terceiro critério é atendido de maneira minimamente satisfatória, pois o currículo divide o tempo das matérias em horas que complementam a teoria e prática, mas não mostra como isso poderia ser realizado. O quarto critério está presente, é atendido e aborda a contextualização e evolução histórica no primeiro semestre, com o tema sobre a realidade social peruana.

O quinto critério, que analisa a transdisciplinaridade, não está presente de maneira explícita.

Antes de se efetuar propriamente a discussão seria bom que algumas considerações iniciais fossem apresentadas. A primeira é que os cursos do universo chileno, seis cursos, apresentam dados e informações mais organizadas, especialmente aqueles órgãos de registro e controle do país. Os dados dos dois cursos do universo peruano foram de mais difícil acesso aos sítios eletrônicos, em função das suas formas de apresentação e exigiram, por parte dos pesquisadores, algumas diligências adicionais. A pontuação média dos cursos chilenos foi de 1,43 e dos cursos peruanos foi de 1,30. Pode-se, com isso, afirmar que o universo chileno pode estar mais perto do que o peruano quanto a incorporação desejável da interdisciplinaridade. Pode-se, também, afirmar como segunda questão inicial que os dois universos estão aquém do nível desejado, pois oscilam em torno de 50% da pontuação do modelo, que é de zero até três (0 – 3,0). Considerando que entre zero e 0,5 seria absolutamente insuficiente, entre 1,6 e 1,5 seria insuficiente, entre 2,6 e 3,0 seria plenamente suficiente, pode-se dizer que o caso dos dois universos é insuficiente. Isto significa dizer que formalização da interdisciplinaridade nas regiões estudadas são ainda insuficientes e que existe em grande espaço de melhoria ainda latente. Uma questão paralela, terceira questão inicial, mas não menos importante e que não contam como elemento dos cinco critérios do modelo é a questão da transparência. Os cursos de AP chilenos apresentam uma transparência muito maior que os peruanos e não exigiram diligências adicionais para a busca de informação. Os sítios eletrônicos chilenos mostraram dados e informações claras e suficientes para utilização da pontuação em critérios de análise.

Para se entrar na análise propriamente dita, é fundamental se examinar as pontuações dos diferentes critérios em dois universos, nunca esquecendo que o universo peruano é formado por apenas dos cursos, o que fragiliza qualquer tipo de análise de universo. No universo chileno o critério que obteve melhor pontuação foi o critério c, relação da teoria com a prática, que obteve nota 2,5 que está na fronteira do suficiente com o levantamento suficiente. No universo peruano o mesmo critério c e o critério d, contextualização e evolução histórica, atingiram nota 2,0, sendo que

este último, critério d, só atingiu este grau em função do desempenho suficiente neste critério do curso 2.

Examinando os piores desempenhos, em relação aos critérios, tem-se que no caso chileno o critério “a” foi de apenas 0,83 e no caso peruano o critério “d” foi de apenas 0,50. Estes resultados podem evidenciar informações relevantes. No caso chileno, pode-se pesar que a falta de uma disciplina integradora é a maior limitação. Na presente pesquisa foi considerado que todos os critérios possuem o mesmo peso. Caso se optasse por pesos diferentes para cada critério, em uma fase histórica de incorporação da interdisciplinaridade de forma formal, seguramente este critério receberia um peso maior do que os demais, fazendo com que a média global, dos cursos e dos critérios, fosse reduzida. Dito isto, tem-se que o baixo score deste critério pode ser preocupante, se considerado o atual momento histórico.

O pior desempenho peruano foi aquele que pretende medir a capacidade de criação de novo conhecimento a partir da interdisciplinaridade. O resto, 0,5 neste critério, foi função das pontuações absolutamente baixas dos cursos (o e 1,0). Ora, este critério que tenta evidenciar o “olhar para frente” dos cursos, mostra que o universo peruano pode estar ainda na fase da reprodução de modelos existentes.

A proposta da pesquisa e da própria matriz de análise (tabela 1 e tabela 3) não é medir a efetividade da interdisciplinaridade, pois para tanto seriam necessários outras informações, especialmente aquelas relacionadas ao desempenho laboral dos egressos dos diferentes cursos. A proposta foi quantificar, de alguma forma, o processo de incorporação da interdisciplinaridade. Não se discute, em nenhum momento, se ela é oportuna ou não. A interdisciplinaridade, em quase todos os cursos de todas as áreas, já deveria estar formalmente incorporada e funcionando. Ela é fundamental para fazer frente à complexidade crescente do mundo. Acontece que “o que não se mede não se gerencia”, logo é importante encontrar formas de aferir “quanto de interdisciplinaridade já está formalmente implantada”.

O caso chileno apresenta uma vantagem em relação ao peruano, pois pode-se utilizar a empregabilidade (tabela 2), como sinalizadora para se aferir tanto os resultados chilenos (critérios de análise) como a própria arquitetura do modelo, que, neste, caso, considerou todos os critérios como o mesmo peso.

Neste sentido, observou-se que os cursos 4, 5 e 6 apresentem um índice elevado no critério empregabilidade e inserção no mercado de trabalho, que está próximo de noventa por cento. Os demais cursos 1, 2, e 3 também apresentam índices satisfatórios quanto a este critério. Esse dado é significativo, e se comparado com a matriz de análise percebe-se que o curso 4 e 6 apresenta um alto grau interdisciplinar. Porém, percebe-se que se forem comparados o grau de empregabilidade com a matriz interdisciplinar, percebe-se que o curso 5 apresenta uma pontuação baixa, em relação ao critério interdisciplinar, ainda que o mesmo apresente um grau elevado de interdisciplinaridade na matriz. O mesmo ocorre com o curso 3, que apresenta a nota mais elevada no critério de análise interdisciplinaridade, porém apresenta o grau de empregabilidade um pouco diminuto em relação aos demais.

Por último, cabe destacar que o contexto e a trajetória histórica do Chile pode, de alguma forma, justificar este resultado, teoricamente melhor, quando se utiliza o modelo de análise proposto por Oliveira et al (2020). Cabe destacar, ainda, que a diferença das pontuações medidas é muito pequena. Por outro lado, o contexto e as trajetórias históricas, de Chile e Peru são muito mais significativos. Mesmo assim, pode ser interessante pontuar alguns fatos ao caso chileno que pode servir de desafio no sentido de se encontrar as interpretações mais adequadas dos valores encontrados na pesquisa.

O Chile realizou três reformas educacionais em (1965; 1981;2015). Essas alterações reorganizaram o sistema educacional, no qual, ele deixou de ser uma obrigação plena do Estado, sendo repassado em uma grande parcela para a iniciativa privada. Isso se refletiu e impactou de maneira significativa como foram organizadas as instituições e a organização do aparelho de Estado Chileno. As reformas de cunho neoliberal têm início no governo Pinochet (1973-1990), e seguem uma lógica de participação mínima do Estado, e uma presença cada vez maior dos setores privados do país.

3 Considerações finais

Resgatando o que foi discutido inicialmente, e confrontando os resultados encontrados na pesquisa, algumas certezas e muitas dúvidas em questão ainda sem resposta podem ser utilizadas para fechar este trabalho.

Buscou-se fazer um recorte temporal dos principais fatores que compõem o processo de formação e consolidação dos Estados no continente Latino Americano. Esse fator é um dos pilares fundamentais para se explicar as singularidades presente na América Latina. Por meio da análise comparada entre os dois países, foi possível perceber que existe uma diferença no setor público dos dois países. O Peru apresenta uma parte considerável de sua economia voltada para o turismo, e, nesse sentido, organiza alguns dos seus cursos superiores voltados para área turística. Isso foi perceptível de ser detectado quando foi feita a análise dos cursos. O Chile, diferentemente e apesar de apresentar o setor público mais diminuto, apresenta um número considerável de cursos superiores em Administração Pública. Os dois países passaram por períodos ditatoriais e autoritários longos o que comprometeu a consolidação da democracia nessas regiões, e influenciou no processo de maturação estatal, que deveria propor um modelo estadista que buscasse pensar as especificidades de cada região.

O modelo democrático representativo ainda é recente e, por isso, ainda apresenta limitações em termos de participação, controle dos processos e consolidação e efetivação de direitos sociais. Percebe-se que a América Latina, encontra-se ainda em um processo de aperfeiçoamento dos seus processos políticos administrativos e isso influi de maneira significativa em como é organizado o setor público e o Estado. Existe, ainda, outra variável: o político. Neste sentido, pode-se considerar que a maturação do Estado e do setor público, em tese, se coaduna com o próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia, pois enquanto os serviço e bens públicos forem pensados de uma maneira linear, rígida de cima para baixo e não levarem em consideração aos anseios da sociedade ocorrerá um processo de deslegitimação do setor público. Portanto, considerando todos esses fatores apresentados, além da variável política que é incontrolável, é importante que durante o processo de consolidação democrática existam instituições e setores que exerçam o controle das ações do Estado, e de seus agentes, para que assim a

IX Seminário de Pesquisas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 12: Atualizações metodológicas em Ciências Sociais Aplicadas.

sociedade possa se tornar um agente ativo que não só usufruiu dos bens e serviços públicos, mas propõem melhorias para os mesmos buscando cada vez mais o seu aperfeiçoamento e qualificação.

A proposta do trabalho foi analisar a presença interdisciplinar no currículo dos cursos de Administração Pública no continente Latino Americano, especialmente nos países Chile e Peru. O que se buscou foi propor uma reflexão sobre se a formação dos gestores públicos é trabalhada de maneira interdisciplinar e integrada e como ela pode contribuir para a Administração Pública. Constatou-se durante o desenvolvimento da pesquisa que a interdisciplinaridade está presente nos programas universitários dos universos Chileno e Peruano, mas de forma insuficiente, sendo que o universo chileno apresenta resultados ligeiramente melhores que o peruano. A América Latina ainda enfrenta diversos problemas oriundos do seu processo histórico de formação e isso se reflete em como algumas instituições públicas foram organizadas. Portanto, uma formação interdisciplinar se torna necessária para o aperfeiçoamento dos gestores públicos que são um dos atores responsáveis por repensar novos paradigmas para um aperfeiçoamento da gestão no setor público.

Referências

RAMOS, Alberto Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

IX Seminário de Pesquisas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 12: Atualizações metodológicas em Ciências Sociais Aplicadas.

SANTOS, Carlos Schuch Honorato. Et Al., Interdisciplinaridade na Administração Pública: Uma Visão Latino Americana. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 3 ed., 2019. Santa Catarina, Anais III, CIDESP, 2019, p.

OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Et al., Interdisciplinaridade nos cursos de Administração Pública e Gestão Pública no Brasil: Uma Análise Conceitual. CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO, 2 ed., 2018. Santa Catarina, Anais II, CIDESP, 2018, p. 2345-2363.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2019.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CHILE. Instituciones De Educación Superior En Chile.2019<<https://www.mifuturo.cl/instituciones-de-educacion-superior-en-chile/> Acesso em: 10 mai. 2019.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CHILE. Ministerio De Educación Chile. 2019 <https://www.mineduc.cl/> Acesso em: 15 abr. 2019

MINISTERIO DE EDUCACIÓN PERU. Ministerio De Educación Peru. 2019 <https://www.gob.pe/minedu> Acesso em: 15 abr. 2019

MORIN, Edgar. Os setes saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que foi parceiro e nos auxiliou financeiramente para o desenvolvimento desta

IX Seminário de Pesquisas Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). “Desafios da pandemia: agenda para as Ciências Sociais Aplicadas”.

De 09 a 13 de novembro de 2020

GT 12: Atualizações metodológicas em Ciências Sociais Aplicadas.

pesquisa. A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pela a oportunidade de desenvolvimento do projeto.